QUESTÃO 01
Segundo o Art. 7º da lei Federal 8666/93 as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
a) projeto básico, projeto executivo e execução das obras e serviços.
b) Projeto básico, complemento recursal e projeto executivo
c) Projeto básico, projeto suplementar e projeto executivo
d) Projeto básico, complemento recursal e execução das obras e serviços.

QUESTÃO 02
De acordo com o Art. 22 da lei Federal 8666/93 são modalidades de licitação:
I - concorrência;
II - tomada de preços;
III - convite;
IV - concurso;
V - leilão.
a) I, II e V apenas são verdadeiros
b) I, II, III e V apenas são verdadeiros
c) I, III e V apenas são verdadeiros
d) I, II, III, IV e V são verdadeiros

QUESTÃO 03
De acordo com o Art. 87 da lei Federal 8666/93 pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, exceto:
a) reclusaõ;
b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

QUESTÃO 04
Segundo o Art. 16 da lei complementar 101/00 a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e no próximo subsequentes apenas;
b) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e revalidados dos dois últimos anteriores;
c) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
d) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício dos dois meses subsequentes;

QUESTÃO 05
No que tange o Art. 17 da lei complementar 101/00 considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior:
a) a 1 (um) exercício
b) a 2 (dois) exercícios
c) a 3 (três) exercícios
d) a 4 (quatro) exercícios

QUESTÃO 06
No que concerne o Art. 25 lei complementar 101/00, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados:
a) ao ministério da Educação
b) a Previdência
c) ao Sistema Único de Saúde
d) ao Banco do Brasil

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

QUESTÃO 07
Segundo o Art. 3 da portaria Interministerial 163/01 a classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de, exceto:
a) Categoria econômica;
b) Grupo de natureza da despesa;
c) Elemento de despesa
d) Suplementação econômica

QUESTÃO 08
De acordo com o Anexo II da portaria Interministerial 163/01 são grupos de natureza de despesa
1 - Pessoal e Encargos Sociais
2 - Juros e Encargos da Dívida
3 - Outras Despesas Correntes
4 - Investimentos
5 - Inversões Financeiras
6 - Amortização da Dívida
a) 1, 2, 3 e 5 somente são corretos
b) 3, 4 e 5 somente são corretos
c) 2, 4, 5 e 6 somente são corretos
d) 1,2,3,4,5 e 6 são corretos

QUESTÃO 09
No que tange o Art. 16 da lei Federal 6404/76. As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função de, exceto:
a) conversibilidade em ações preferenciais;
b) exigência de nacionalidade brasileira do acionista;
c) direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.
d) forma ou conversibilidade de uma forma em outra;

QUESTÃO 10
Segundo o Art. 40 da lei Federal 6404/76 o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer cláusulas ou ônus que gravarem a ação deverão ser averbados:
a) se escritural, nos livros da instituição financeira, que os anotará no extrato da conta de depósito fornecida ao acionista.
b) se nominativa, nos livros da instituição financeira, que os anotará no extrato da conta de depósito fornecida ao acionista.
c) e endossável, nos livros da instituição financeira, que os anotará no extrato da conta de depósito fornecida ao acionista.
d) Se jurisdicional, nos livros da instituição financeira, que os anotará no extrato da conta de depósito fornecida ao acionista.

QUESTÃO 11
No que tange o Art. 3º da lei Federal 10520/02 a fase preparatória do pregão observará o seguinte:
I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;
IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
a) I e II apenas são verdadeiros
b) III e IV apenas são verdadeiros
c) I, II e IV apenas são verdadeiros
d) I, II, III e IV são verdadeiros

QUESTÃO 12
No que concerne o Art. 4º da lei Federal 10520/02 A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras, exceto:

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

a) a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.
b) do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;
c) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 2 (dois) dias úteis;
d) no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

QUESTÃO 13

No que tange o Art. 6º da lei Federal 10520/02 O prazo de validade das propostas será de:
a) 30 (trinta) dias se outro não estiver fixado no edital.
b) 40 (quarenta) dias se outro não estiver fixado no edital.
c) 50 (cinquenta) dias se outro não estiver fixado no edital.
d) 60 (sessenta) dias se outro não estiver fixado no edital.

QUESTÃO 14

Segundo o Art. 11 da Lei Federal 4320/64 receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas:
a) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
b) Receita Orçamentária e Receitas de Subvenção
c) Receita Correntes e Receitas subsidiárias.
d) Receitas Orçamentárias e Receitas de Capital

QUESTÃO 15

No Art. 12 da Lei Federal 4320/64 é salientado que são Despesas de Capital, todas abaixo, exceto:
a) Investimentos
b) Inversões Financeiras
c) Transferências de Capital
d) Despesas de Custeio

QUESTÃO 16

No que concerne o Art. 40 da Lei Federal 4320/64 as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, são denominadas de:
a) Créditos adicionais
b) Superávit
c) Crédito tributário
d) Acúmulo financeiro

QUESTÃO 17

No que concerne o Artigo 15 da lei complementar 709/93 estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas e só por decisão deste podem liberar-se de sua responsabilidade:
I- os ordenadores de despesa, administradores, gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos;
II- qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou de direito privado que houver arrecadado ou recebido depósito, auxílio, subvenção, e contribuição do Estado ou Município, ou tenha sob sua guarda e dministração bens ou valores públicos;
III- o servidor público civil ou militar que der causa a perda, extravio ou dano de bens e valores públicos, ou pelos quais este responda;
IV- qualquer pessoa ou entidade mantida, ainda que parcialmente, pelos cofres públicos;
V- os responsáveis por entidades jurídicas de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social;
VI- quem receber benefício dos Poderes Públicos por antecipação ou adiantamento;
VII- todos quantos, por disposição legal, lhe devam prestar contas, incluídos os diretores de empresas, sociedades de economia mista ou fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e responsáveis por fundos especiais de despesa
a) I e II apenas são verdadeiros

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

b) I, III, V e VII apenas são verdadeiros
c) I, IV, V, VI e VII são verdadeiros
d) I, II, III, IV, V, VI e VII são verdadeiros

QUESTÃO 18

No exercício das funções de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Poderes Públicos estaduais e municipais, o Tribunal de Contas, através de inspeções e verificações, acompanhará a execução orçamentária e patrimonial dos órgãos da administração direta e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas direta ou indiretamente pelos Poderes supracitados, inclusive a aplicação de subvenções e renúncia de receitas quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, devendo, exceto:

a) examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
b) acompanhar as fases da despesa, inclusive verificando a regularidade do empenho, licitação e contrato quando necessário;
c) acompanhar a arrecadação da receita, bem como as operações de crédito, a emissão de títulos, além de verificar os depósitos em caução, fiança, ou dos bens dados em garantia;
d) examinar os créditos secundários, as despesas de exercícios encerrados e o "livro caixa".

QUESTÃO 19

Segundo o Art. 29 da Constituição Federal o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;
II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;
III - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

a) I apenas é verdadeiro
b) II apenas é verdadeiro
c) III apenas é verdadeiro
d) I, II e III são verdadeiros

QUESTÃO 20

Segundo o Art. 74 da Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:

a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano bianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da Câmara;
b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

QUESTÃO 21

Carapicuíba foi elevada a categoria de Distrito de Paz, em:

a) 1928
b) 1938
c) 1948
d) 1958

QUESTÃO 22

Sobre a bandeira de Carapicuíba, é falso afirmar que:

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

a) O retângulo verde e o losango amarelo datam de nossas primeiras bandeiras e lembram a mãe pátria Portugal.
b) A cruz relembra os descobridores e a religião que trouxeram.
c) O losango é o símbolo da paternidade.
d) O verde recorda ainda Tiradentes, supliciado em 1789, ano da Revolução Francesa.

QUESTÃO 23
Por volta de 1854, em 1° de agosto, quem registrou, na paróquia de Cotia, uma fazenda que abrangia grande parte da atual CARAPICUÍBA e Quitaúna, com área de 754 alqueires?
a) D. Pedro I
b) D. Pedro II
c) O Conde de Itu
d) O Barão de Iguape

QUESTÃO 24
A estação ferroviária, por alguns anos, não se chamou CARAPICUÍBA, mas sim:
a) Allanya
b) Sylviania
c) Mylaiana
d) Maylasky

QUESTÃO 25
Sobre os dados de Carapicuíba, assinale a alternativa correta:
a) Do ponto mais alto do município, ao norte, ao mais baixo, ao sul, apresenta um desnível de mais de 550 metros.
b) Clima Tropical de altitude, com chuvas no verão e seca no inverno, com a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C.
c) O município de Carapicuíba integra a Região Metropolitana de Barueri
d) O Monumento definido como ponto inicial da cidade, está localizado na confluência entre as avenidas 01 e Rua da Glória, no Centro.

QUESTÃO 26
As contas do ATIVO são debitadas quando:
a) há variação positiva
b) há variação negativa
c) a empresa efetua algum gasto ou consome elementos do ativo em sua atividade operacional
d) a receita é indevida

QUESTÃO 27
As empresas sofrem mudanças em seu patrimônio todos os dias. A forma da contabilidade acompanhar essas mudanças é através dos lançamentos. Para a Contabilidade, "lançar" significa registrar os fatos contábeis. Os lançamentos são feitos nas contas Patrimoniais e de Resultado. Para efetivar um lançamento, deve-se seguir alguns passos:
1 - Tenha pleno entendimento do Fato que está ocorrendo;
2 - Identifique as contas envolvidas;
3 - Identifique o grupo ao qual as contas pertencem. Para isso recomenda-se a utilização do Plano de Contas (Capítulo 7);
4 - Identifique se o lançamento irá aumentar ou diminuir o saldo das contas envolvidas;
5 - Efetive o lançamento observando o método das partidas dobradas (onde todo débito corresponde a um crédito de igual valor) e numere os lançamentos, para que seja possível identificá-los posteriormente se for necessário.
a) I, 2 e 3 apenas são verdadeiras
b) 1, 4 e 5 apenas são verdadeiras
c) 1, 2, 3 e 4 apenas são verdadeiras
d) 1, 2, 3, 4 e 5 são verdadeiras

QUESTÃO 28
Na literatura contábil é bastante comum encontrarmos autores que dividem os princípios fundamentais em três categorias:
a) Ações, reações e resultados
b) Princípios, postulados e convenções

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

c) Princípios, ações e reações
d) Postulados, convenções e resultados

QUESTÃO 29
A Contabilidade deve avaliar os ativos de uma entidade com base sempre em uma moeda comum. Esse é o Princípio:
a) da continuidade
b) do denominador comum
c) da Objetividade
d) da consistência

QUESTÃO 30
A geração de receitas implica, em qualquer entidade, na realização de despesas. Ou seja, não é possível se produzir nada sem que para isso se realize algum tipo de investimento (em mão-de-obra, matéria-prima, despesas operacionais, entre outras). As despesas realizadas para a geração de uma determinada receita devem ser registradas dentro do mesmo período, mesmo que o seu pagamento efetivo ocorra em um período subsequente. O confronto de despesas com receitas forma:
a) O regime de Explanação
b) O regime de Competência
c) O regime de Condição
d) O Regime de Subordinação

QUESTÃO 31
A Lei de Responsabilidade Fiscal define maior especificidade para a LDO consagrando-a como o principal instrumento de integração entre planejamento, orçamento e execução orçamentária . Além de atender o disposto na constituição, a LDO disporá também sobre:
I - Equilíbrio entre receitas e despesas ;
II - Critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada quando a *realização da receita não comportar o cumprimento de metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais*
IIII. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
IV - Demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
a) I, II, e IV apenas são verdadeiros
b) II e III apenas são verdadeiros
c) III e IV apenas são verdadeiros
d) I, II, III e IV são verdadeiros

QUESTÃO 32
O Orçamento é elaborado pelos três poderes da República e consolidado pelo Poder Executivo. Ele precisa ser equilibrado. Ou seja, não pode fixar despesas em valores superiores aos recursos disponíveis. Essa limitação obriga o governo a definir prioridades na aplicação dos recursos estimados. As metas para a elaboração da proposta orçamentária são definidas:
a) Pela LDO
b) Pela LOA
c) Pelo Plano Plurianual
d) Pela Lei de Responsabilidade Fiscal

QUESTÃO 33
O ciclo orçamentário é a série de passos ou processos, articulados entre si, que se repetem em períodos prefixados, através dos quais orçamentos sucessivos são preparados, votados, executados, avaliados, controlados e julgadas as contas pela Corte de Contas, num processo de contínua realimentação. De um modo geral, o Ciclo Orçamentário abrangem grandes fases abaixo relacionadas, exceto:
a) Elaboração e Apresentação
b) Autorização Legislativa
c) Programação e Execução
d) Fiscalização e revalidação

QUESTÃO 34
As receitas públicas estão divididas em:
a) Ativa e passiva
b) Circulante e passiva
c) Orçamentária e extra-orçamentária
d) Ativa e extra- orçamentária

QUESTÃO 35
As receitas correntes públicas são compostas por receitas derivadas, originárias e outras complementares tais como, exceto:
a) a tributária,
b) a patrimonial,
c) a industrial
d) a alienação de bens

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

QUESTÃO 36
O conjunto de dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para o funcionamento dos serviços públicos é denominado de:
a) Tributo
b) Despesa Pública
c) Renda
d) Amortização pública

QUESTÃO 37
A inscrição que se faz em conta de devedores, relacionadas atributos, multas e créditos da Fazenda Pública, lançados, mas não arrecadados no exercício de origem é denominado de:
a) Dívida ativa
b) Dívida Fundada
c) Dívida Flutuante
d) Dívida autárquica

QUESTÃO 38
Créditos adicionais são as autorizações de despesas não previstas ou insuficientemente previstas no Orçamento Público. Os créditos adicionais podem ser classificados como:
I - Créditos Suplementares
II - Créditos Especiais
III - Créditos Extraordinários
a) I apenas é correto
b) II apenas é correto
c) III apenas é correto
d) I, II, e III são corretos

QUESTÃO 39
Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não-pagas até:
a) 31 de janeiro do exercício financeiro
b) 31 de julho do exercício financeiro
c) 31 de agosto do exercício financeiro
d) 31 de Dezembro do exercício financeiro

QUESTÃO 40
São obrigatórias na contabilidade pública as seguintes Demonstrações Contábeis, exceto:
a) Demonstração das Variações Patrimoniais
b) Balanço Patrimonial
c) Balanço Orçamentário ou Financeiro
d) Balanço condicional

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br